

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 8.9.2009*

Kissinger e o Brasil *MARCELO DE PAIVA ABREU**

Bastante oportuna a publicação do competente livro de Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Zahar, 2009). Sob alguns aspectos, a política externa brasileira hoje revive os tempos em que a síndrome do "Brasil Grande" levou o governo a uma postura protagonista que acabou por se mostrar equivocada. Atualmente, com a economia robusta, após lento processo de construção de credibilidade e com as perspectivas de exploração do pré-sal, ressurgem tentações semelhantes.

A relevância da política de aproximação entre Brasil e EUA, calcada na relação pessoal entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, passa no teste de confrontação com os registros do participante estrangeiro. No terceiro volume de suas memórias - *Years of Renewal* (Simon & Schuster, 1999) -, Kissinger, que mal havia mencionado o Brasil nos volumes anteriores ou em *Diplomacy* (Touchstone, 1995), dedica longo trecho ao Brasil e a Silveira, que se tornou seu "personal friend". De fato, nem sempre amizades unilateralmente declaradas em livros de memórias são reciprocadas nos livros de memórias dos amigos. Não conheço um esforço sistemático de detecção de tais assimetrias. Talvez um exemplo baste. Roberto Campos, certamente um dos mais brilhantes diplomatas brasileiros do século passado, em seu *A Lanterna na Popa* (Topbooks, 1994), lista Denis Healey, ministro trabalhista das finanças quando Campos foi embaixador em Londres, entre suas "amizades principais". E, no entanto, as referências de Healey ao Brasil em suas memórias se limitam à sua surpresa ao reencontrar Alex Kafka, seu colega checo de Balliol College, em Oxford, transmutado, décadas depois, em diretor pelo Brasil do Fundo Monetário Internacional (FMI). Campos, se leu o outro livro de memórias de Healey (*My Secret Planet*, 1992), deve ter ficado ainda mais desiludido com o fato de que o único brasileiro mencionado tenha sido dom Helder Câmara.

O livro de Spektor concentra-se no minueto diplomático que caracterizou a reaproximação entre Brasil e EUA e culminou no memorando de entendimento de 1976, que consagrava "relação especial" entre os dois países e estabelecia um marco político para consultas. O pano de fundo que propiciou a aproximação Silveira-Kissinger foi radicalmente alterado, logo em seguida, com a vitória dos democratas nas eleições nos EUA. O que era - na melhor das hipóteses - complacência republicana com a violação de direitos humanos pela ditadura brasileira foi substituído por postura crítica do governo Carter, que rapidamente azedou as relações entre os dois países.

É provável que a ênfase na importância das mudanças políticas nos EUA e suas consequências quanto à deterioração das relações com o Brasil tendam a minimizar o peso de outros temas que contribuíram para o desgaste das relações bilaterais. Em 1975, o governo Geisel tomou decisões de difícil digestão em Washington: o acordo nuclear com a Alemanha e o reconhecimento da independência angolana. É notável, nesse

quadro, que a vontade pessoal de Kissinger tenha prevalecido em Washington para vencer a resistência ao estreitamento de relações com o Brasil.

Embora o livro de Spektor trate de Angola e do acordo nuclear sob a ótica diplomática, a análise do seu impacto de prazo mais longo poderia trazer lições de grande utilidade. De um lado, a política brasileira de aproximação com as ex-colônias portuguesas, frustrada em Moçambique e bem-sucedida em Angola, marca a retomada de uma política externa efetivamente independente. É o episódio final da correção de aberrações herdadas do período de subordinação a Washington. Até mesmo o governo JK se notabilizou pelo apoio ao colonialismo português nos anos crepusculares de Salazar. Com a reorientação de sua política, o Brasil limpou o seu patético retrospecto de apoio à política africana de Portugal. É um marco que só não teve condições de consolidação com resultados substantivos mais imediatos por causa da instabilidade política angolana. Mas tem tido, até hoje, importância para legitimar a ação diplomática brasileira no continente africano.

O contraste da política africana com o acordo nuclear com a Alemanha é marcante e uma análise mais abrangente teria sido de grande utilidade. Embora a documentação, citada no livro, sobre as interferências da diplomacia dos EUA em Bonn seja interessante, a menção ao "afundamento" do acordo por Jimmy Carter mereceria tratamento mais extenso. O cadáver do acordo demorou bem mais a ser sepultado no Brasil do que sugerem as conclusões de Spektor.

Seria natural que o Brasil pretendesse diversificar as suas relações externas, escolhendo a Alemanha como parceiro estratégico. Mas existiam implicações, nunca explicitadas, em relação à inclusão do ciclo completo de enriquecimento de urânio e as potenciais implicações quanto ao desenvolvimento de aparatos nucleares pelo Brasil. E, para o público, o acordo foi vendido como parte da solução do problema energético brasileiro, embora fosse claro que o Brasil enfrentava uma crise de combustíveis, não de suprimento de energia elétrica, e que as possibilidades de substituição eram quase nulas. Apesar do rolo compressor do governo, os mirabolantes planos de construção de dez usinas nucleares foram sepultados pela realidade. Foi um dos mais retumbantes fracassos na história do decision-making do governo brasileiro em todos os tempos. E, como ilustram os tropeços que marcam o lançamento do pré-sal, nem mesmo as lições mais óbvias parecem ter sido aprendidas.

***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**